



## A segunda fase do Jornalismo Público

Susana Borges

*Instituto Politécnico de Coimbra/Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

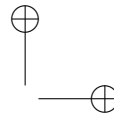
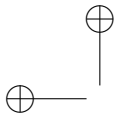
E-mail: susborges@gmail.com

**N**ASCIDO da intenção de colmatar o crescente distanciamento entre cidadãos e governo e entre as organizações noticiosas e os seus públicos, o movimento do Jornalismo Público propôs uma alteração da tradicional relação entre os media noticiosos e a vida pública. A função social do jornalismo passa a ser entendida numa perspectiva mais alargada, cabendo-lhe impulsionar uma vida pública mais democrática, o que significa formar o público, e não meramente informá-lo. O jornalista deixa, assim, de ser entendido enquanto observador distanciado da vida pública para ser reposicionado enquanto “participante justo” (Merritt, 1998), comprometido com a melhoria da participação, do debate e da deliberação públicas.

Duas décadas após a sua emergência, fazemos uma revisão crítica da literatura e das práticas do Jornalismo Público, debatemos alternativas e equacionamos os desafios que enfrenta a segunda fase do movimento, quer na perspectiva da sua consolidação como uma modalidade de jornalismo de profundidade quer no que respeita à sua afirmação como um modelo alternativo de exercício da profissão.

### Origens intelectuais e profissionais

As raízes intelectuais e profissionais do movimento são associadas à Era Progressista, quer pela invocação do pensamento de John Dewey sobre a natureza do público, no quadro da polémica que travou com Walter Lippmann, quer pela inspiração dada pelo espírito reformista dos jornalistas *muckrakers* para reequacionar a prática jornalística. As propostas da Comissão Hutchins (1947) sobre a liberdade de imprensa, desenvolvidas pela Teoria da Responsabilidade Social, e, posteriormente, uma maior ligação à filosofia política nos estudos da comunicação, nomeadamente através dos trabalhos de, entre outros, James Carey, Hannah Arendt e Jürgen Habermas são outros contribu-



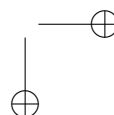
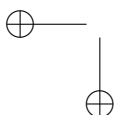
tos para sustentar uma redefinição normativa da função social do jornalismo (Coleman, 2003), sem que, no entanto, até final da década de 1980, tenham conduzido a formas alternativas de exercício de uma profissão cujo *ethos* se consolidou na linha da matriz adversarial do liberalismo iluminista.

É após o “espectáculo perturbador” (Rosen, 1999: 39) da cobertura mediática da campanha presidencial norte-americana de 1988, marcada por questões secundárias como as personalidades, as estratégias e as táticas dos candidatos, que emergem as primeiras experiências do movimento. São impulsionadas pela insatisfação generalizada das bases jornalísticas (Charity, 1995: 1), fruto da crise de credibilidade dos media noticiosos e dos jornalistas, do declínio das tiragens e das audiências e da orientação predominante do jornalismo para o mercado. Fundamental foi também a crescente influência das teorias comunitaristas no campo da filosofia política, as quais proporcionaram um “contexto ético” (Coleman, 2000) ao movimento para procurar redefinir a função social do jornalismo de modo alternativo à sua herança liberal.

### “Uma ideia em acção”

A ausência de uma definição unívoca deste “outro” jornalismo deve-se à renitência dos seus principais impulsionadores em articularem um conjunto coerente de conceitos e de práticas profissionais que o unificassem, para além da (algo vaga) intenção de tornar a vida pública mais democrática. Negando a existência de um “jornalismo público oficial” (Charity, 1995: 9) e de uma fórmula para fazer jornalismo público, “se esta existe, tem ainda de ser descoberta” (Merritt, 1998: 7), estes optaram por apresentá-lo como uma “ideia em acção” (Rosen, 1999: 5), passível de ser inventado, definido e reformulado à medida das organizações noticiosas que o adoptassem.

Imputando ao cariz adversarial do jornalismo convencional responsabilidades pelos dois fossos de uma vida pública em crise, o Jornalismo Público propôs a substituição do jornalismo de informação por um jornalismo que alimente a conversa pública (Carey, 1995: 382), visando um maior envolvimento do público nos assuntos que o afectam. Posicionando-o como actor e sujeito da vida democrática, as organizações noticiosas têm de abordar o “eclipse do público” (Dewey, 2004), quer ao nível do seu carácter fragmentado quer no



que respeita ao seu retrocesso para a esfera privada, criando as condições para que os cidadãos possam emergir enquanto público (Rosen, 1999: 19).

Os impulsionadores do movimento direccionaram cirurgicamente os seus esforços reformistas. Para Jay Rosen, o afastamento entre os jornalistas e a vida pública é indissociável do conceito de objectividade, elemento central da autonomização deste campo profissional. Propõe a sua substituição por uma nova teoria de credibilidade, assente no compromisso com a melhoria da qualidade da vida pública, que promova as ligações necessárias à sua revitalização. Ao decretarem “um fim à sua neutralidade” (Rosen, 2003: 84), os jornalistas públicos redefinem a sua função social como a arte de fazer a democracia funcionar. Já Davis Merritt, embora reconhecendo que a função de *watchdog* “tem servido bem o jornalismo (e a democracia) na sua relação com o governo” (Merritt, 1998: 29), imputa aos seus excessos o cepticismo sistemático dos jornalistas, dos quais decorre uma suspeita social generalizada em relação a qualquer forma de autoridade, obstaculizando a participação democrática. Defende, em alternativa, que o jornalista seja um “participante justo e não um observador distanciado da vida pública”, uma espécie de “árbitro”, comprometido em assegurar o respeito pelas “regras do jogo”, mas “sem qualquer interesse partidário no resultado específico, para além de que seja alcançado através de um processo democrático” (Merritt, 1998: 97).

Desta redefinição da função social do jornalismo, emerge a adopção de novas rotinas profissionais pelos media noticiosos, direccionando-as para a promoção da comunicação entre os cidadãos, posicionando-os como actores, e não como espectadores, da vida pública. As primeiras experiências, conduzidas em jornais norte-americanos de dimensão regional, envolveram um conjunto de metodologias de auscultação do público e a promoção de iniciativas que fomentassem o seu envolvimento na vida comunitária. As principais tarefas do processo de produção de notícias, como a definição da agenda e do tipo de cobertura noticiosa, foram reformuladas, visando um maior envolvimento da comunidade, assumindo ainda os media informativos um papel activo na promoção do debate e da deliberação entre os cidadãos. Exemplos dessa reorientação do trabalho jornalístico para o público são a criação da “agenda dos cidadãos”, integrando os assuntos que, através de sondagens, as comunidades identificam como prioritários; o tratamento noticioso em profundidade desses temas; a criação de grupos de foco e de painéis de cidadãos para acompanhar

e criticar o trabalho dos media e a organização de “reuniões de cidade” para debater os assuntos e deliberar sobre possíveis soluções.

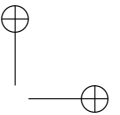
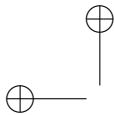
Das primeiras experiências em jornais da cadeia *Knight-Ridder*, no início da década de 90, aos grandes projectos financiados por instituições como o *Poynter Institute*, o *Project on Public Life and the Press* e o *Pew Center for Civic Journalism* (PCCJ), o movimento expandiu-se rapidamente pelas redacções de jornais, rádios e televisões norte-americanos nos anos seguintes. Desde o fecho do PCCJ, em 2003, o seu trabalho tem sido desenvolvido pela *Public Journalism Network*, uma associação global que promove *workshops*, publica obras sobre o movimento, funciona como fórum para a partilha de inovações no ensino do Jornalismo Público e mantém um blogue com informação sobre as diversas iniciativas que vão sendo levadas a cabo a nível mundial.

A opção por manter a teoria e a prática do Jornalismo Público em aberto, visível nas diversas designações que o movimento foi assumindo – “jornalismo público”, “jornalismo cívico” ou “jornalismo de ligação comunitária” –, foi um factor preponderante na sua rápida difusão e expansão junto das organizações noticiosas, não obstante as cerradas críticas que surgiram das fileiras jornalísticas de elite, a maior parte das quais representando pouco mais que “uma crua caricatura” do movimento (Glasser e Craft, 1998: 203). Em meados da década de 2000, contabilizavam-se em mais de seis centenas as iniciativas associadas ao Jornalismo Público, com características diversas, mas agrupáveis em três categorias abrangentes: 1) iniciativas eleitorais; 2) projectos noticiosos especiais e 3) esforços para fazer do jornalismo público uma parte integral da rotina de recolha e de transmissão de informações, bem como de práticas de avaliação da actuação dos media informativos (Haas, 2007: 11).

Duas décadas após a emergência do movimento, contudo, esta opção surge como o principal obstáculo à afirmação do Jornalismo Público como um modelo alternativo ao jornalismo convencional (Schudson, 1998), como uma teoria normativa da imprensa (Glasser, 1999) e como uma ameaça à sua sobrevivência (Coleman, 2000).

## Em busca de uma “filosofia pública”

Apesar do movimento avançar alguns argumentos gerais acerca da função e da responsabilidade do jornalismo numa sociedade democrática, verifica-se



que lhe falta, ainda, uma “filosofia pública” (Haas, 2007: 25), que explicitamente designe onde reside ou na qual deva assentar o seu carácter “público”.

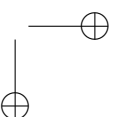
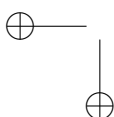
Esta lacuna agudizou-se à medida que o Jornalismo Público deixou de estar restrito a projectos especiais, para se transformar na mais impressionante crítica da prática jornalística, oriunda do seio da profissão, numa geração e no mais bem organizado movimento social jornalístico da história da imprensa norte-americana (Schudson, 1998: 134), sem que tenha sido capaz de se constituir como uma alternativa aos modelos de jornalismo existentes.

A noção jornalística do movimento emerge, sobretudo, das suas práticas, direccionadas para a auscultação dos cidadãos e para a promoção do debate e da deliberação públicas, visando: 1) reportar os problemas de principal preocupação para os cidadãos (ao focar assuntos de política substantiva em vez de acontecimentos isolados); 2) cobrir esses acontecimentos a partir das perspectivas dos cidadãos (incluindo mais cidadãos, nomeadamente mulheres e minorias, como fontes de informação) e 3) envolver os cidadãos em esforços para resolver os problemas (disponibilizando informação mobilizadora acerca de como podem envolver-se nos assuntos comunitários locais) (Haas, 2007: 67).

Focando-se, essencialmente, nas rotinas da redacção, os seus principais impulsionadores deixaram de fora aspectos fundamentais no que respeita aos contextos social, político, económico e tecnológico do processo de produção de notícias (Hardt, 1997), sem os quais não é possível equacionar mudanças significativas na relação entre os media informativos e a sociedade. O Jornalismo Público “para pouco antes de oferecer um quarto modelo, no qual a autoridade seja investida não no mercado, não num partido e não no jornalista, mas no público. Nada no jornalismo público remove o poder dos jornalistas ou das corporações para as quais trabalham” (Schudson, 1998: 138).

## Das comunidades aos públicos

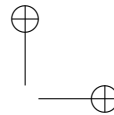
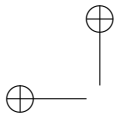
Pese embora a literatura do Jornalismo Público estar repleta de referências à “comunidade” e ao “público”, os termos tendem a ser usados indistintamente, o que se traduziu numa reorientação das rotinas jornalísticas não para públicos, mas para comunidades e, mais em concreto, para uma tipologia específica: a comunidade formada “de baixo para cima”, territorialmente



vinculada e, em termos gerais, equiparada à ideia de “vizinhança” (Schudson, 1999:128).

Equiparar a comunidade à vizinhança obnubila as relações tensionais entre os seus membros – em função da classe ou do género, entre outras – e remete para uma visão redutora da diversidade comunitária, seja esta concebida em termos territoriais ou simbólicos. Esta confusão conceptual traduz-se também na incapacidade de aprofundar os elementos que subjazem à fragmentação dos públicos, como a desigualdade social que emerge de relações de dominação e de subordinação (Fraser, 1990: 66) e as suas consequências na comunicação pública: “A comunicação é distorcida quando a distribuição social do poder e de recursos mina as condições para o sucesso comunicativo” (Bohman, 1996: 120), produzindo deliberações sob a forma de decisões que não atendem às necessidades de grupos inteiros de cidadãos. As práticas do movimento obtiveram um sucesso limitado, verificando-se não só que “apenas um estrato pequeno e selectivo de cidadãos tende a participar nos fóruns, mas também que as regras formais e informais de participação tendem a excluir a vasta maioria de cidadãos e as suas preocupações” (Haas, 2008: 4).

Não obstante diversos projectos de Jornalismo Público terem focado problemas que afectam os sectores marginalizados – racismo, pobreza, crime, cuidados de saúde, imigração e desemprego – o limitado alcance da sua abordagem é patente mesmo naquela que foi uma das suas mais célebres iniciativas: a campanha “Uma Questão de Côm”, pela qual o *Akron Beacon Journal* foi premiado com um *Pulitzer*. Ao criar duas esferas discursivas separadas – uma de carácter pessoal, veiculando o discurso dos cidadãos sobre os seus problemas específicos – e outra de carácter técnico – na qual os especialistas abordavam os temas mais abrangentemente –, o jornal foi incapaz de promover o diálogo entre os elementos do público (cidadãos - especialistas), apresentou os cidadãos como vítimas (em vez de sujeitos) do debate sobre a resolução do problema e não analisou a forma como o racismo se articula com outras dimensões identitárias, como a classe ou o género (Haas: 2007: 88). Por outro lado, ao enquadrarem os contributos dos cidadãos através de narrativas personificadas, os media noticiosos associados ao Jornalismo Público seguem práticas que em nada se distinguem do jornalismo convencional, minando os seus esforços de promoverem uma deliberação pública mais inclusiva. A mediatização da “pobreza política” dos grupos minoritários, traduzível na sua incapacidade de participarem efectivamente no processo democrático

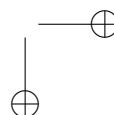
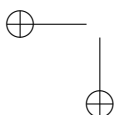


e na sua conseqüente vulnerabilidade em relação às conseqüências, intencionais ou não, das decisões, pode contribuir para uma ilusão de participação, que ajude à manutenção (em vez da eliminação) dessas desigualdades: “O seu silêncio é transformado em consentimento pelos deliberantes mais poderosos, que são capazes de os ignorar” (Bohman, 1996: 126).

A insuficiente teorização acerca da natureza do “público” reflecte-se também na forma como o movimento abordou a opinião pública e a função de *agenda-setting* dos media. A primeira fragilidade reside no recurso a sondagens de opinião para identificar os temas prioritários para os cidadãos, uma opção que “tende a reificar a opinião pública em formas que são contrárias à premissa do jornalismo público de que o debate e a discussão necessitam de ser distintamente públicos e que a imprensa tem uma especial responsabilidade em assegurar essa «publicidade»” (Glasser e Craft, 1998: 210). Não só não têm em conta a instrumentalização das sondagens por interesses particulares (Habermas, 1997), como confundem a opinião pública com um somatório de opiniões individuais (Bourdieu, 2003), sendo ainda incapazes de distinguir entre a expressão de uma opinião informada e racional e a mera expressão de preferências ou preconceitos. A segunda fragilidade articula-se com a primeira, já que o uso das sondagens contribui para a visão da opinião pública como fonte, e não como conseqüência, das agendas da redacção, obscurecendo a responsabilidade dos media noticiosos na definição da agenda para o debate e a discussão públicas. “Ninguém parece ansioso por abordar o assunto: A opinião pública existe antes – e assim independente – da imprensa, presumivelmente esperando para ser descoberta pelos políticos, pelos jornalistas e por quem realiza sondagens? Ou, para ter a visão contrária, a imprensa ajuda a dar existência aos públicos e às suas opiniões ao estimular a discussão sobre assuntos de interesse comum?” (Glasser e Craft, 1998: 211).

## Entre o comunitarismo e o liberalismo

As referências que se encontram na literatura do Jornalismo Público no que respeita à redefinição da função social do jornalismo assumem uma dimensão dupla. Em primeiro lugar, imputam ao *ethos* adversarial do jornalismo convencional a origem do seu distanciamento em relação à vida pública. Em segundo, propõem a sua substituição por práticas que promovam um “jorna-



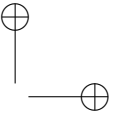
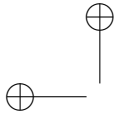
lismo de ligações” (Rosen, 1996) que contribua para um maior envolvimento dos cidadãos na vida pública: “O jornalismo público tem êxito quando fortalece a capacidade da comunidade política de se compreender a si mesma, de saber dialogar e de fazer escolhas” (Rosen, 2003: 55).

Implícita nesta asserção está uma ética comunitarista: “Os objectivos do jornalismo público presumem um bem comum de algum tipo – disponibilizar um enquadramento para democracias saudáveis, ligação comunitária, envolvimento cívico” (Christians, 1999: 67). Deste entendimento, que encara a comunidade como axiológica e ontologicamente antecedente aos indivíduos, cuja identidade e realização só é plenamente concretizada através de ligações humanas no seio comunitário, decorre a necessidade de definir o “bem comum”, sem o qual invocações de “cidadania, discurso cívico, activismo comunitário e participação das bases são apenas alegações moralistas” (Christians, 1999: 68). Adoptando uma ética comunitarista, o Jornalismo Público privilegiaria o “bem comum”, isto é, a formação da comunidade, em detrimento dos “direitos individuais”, o que implica encarar as notícias não como veículos de “informação” dos cidadãos, mas antes como “um agente de formação da comunidade” (Christians, 1997: 19).

No entanto, ao preconizar que “os jornalistas devem trazer para a arena da vida pública conhecimento acerca das regras – como é que o público decidiu que a democracia deve funcionar – e a capacidade e a vontade de providenciar informação relevante e um sítio para que essa informação possa ser discutida e transformada em consentimento democrático” (Merritt, 1998: 97), o movimento adoptou, na essência, uma visão “liberal da democracia e um papel inteiramente procedimental para a imprensa” (Glasser, 1999: 8). Defendendo uma postura de “neutralidade pró-activa” (Rosen, 1999: 258), seja através do jornalista como um “capitalista cívico” que trabalha em prol da “democracia, mas sem advogar soluções particulares” (Charity: 1995: 146), seja como um “participante justo na vida pública” (Merritt, 1998: 7), o movimento propõe que o jornalismo seja “um campeão de meios democráticos, mas não de fins democráticos” (Glasser e Lee, 2004: 209).

Na defesa de um papel moderadamente activo, mas não-partidário e apolítico, para os media informativos transparece o carácter reformista do movimento, optando por uma estratégia de continuidade (e não de ruptura) com as funções tradicionais atribuídas à imprensa pelo pensamento liberal. O jornalismo é, nesta perspectiva, um veículo de informação dos cidadãos, para que





estes se possam envolver “num discurso fundamentado acerca dos assuntos públicos” (Hodges, 1997: 44) e a liberdade de imprensa é uma extensão da liberdade individual de expressão de cada cidadão, entendido como ser racional e livre. “Podemos alcançar a vida boa para todos apenas se garantirmos primeiro os direitos de cada um” (Hodges, 1997: 45), emergindo a comunidade do contrato que estes estabelecem entre si através desse diálogo público.

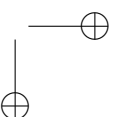
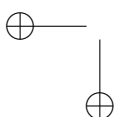
Este posicionamento estratégico ajudou o movimento a defender-se das críticas, na sua fase de emergência, quanto a uma eventual perda da autonomia jornalística, oriundas sobretudo dos media noticiosos de elite, entre os quais o *Washington Post* e o *New York Times* (Rosen, 1999: 207-248), mas obstaculiza a sua afirmação como uma teoria normativa da imprensa (Glasser, 1999: 9), já que não oferece nenhuma “teoria do bem” que o sustente: “Tal como outras vozes na tradição comunitária, é muito melhor a identificar os limites do liberalismo do que a entender verdadeiramente quer a “comunidade” quer a vida pública” (Schudson, 1998: 134).

## Um jornalismo de conversação

Subjacente à substituição de um “jornalismo de informação” por um “jornalismo de conversação”, está a asserção de que a função do jornalismo é “reflectir e animar a conversa pública e a argumentação” (Carey, 1995: 382), transformando-se os media informativos “num espaço para o diálogo público, num lugar institucional para a conversa e num fórum no qual os cidadãos possam ouvir as vozes uns dos outros” (Anderson *et al.*, 1997: 98).

Dois modelos de conversa pública emergem das suas práticas – a promoção de diálogos face-a-face e o alargamento da conversa pública mediatizada –, mas nem a relação entre ambos é explicitamente articulada, nem é precisado qual o seu contributo para a melhoria da qualidade do discurso público: “Ao definir discurso público ampla e indiscriminadamente, o jornalismo público evita uma das suas mais importantes escolhas: decidir como é que a democracia irá funcionar” (Glasser e Craft, 1998: 212).

A opção do Jornalismo Público pela promoção de encontros presenciais entre os cidadãos, como as “reuniões de cidade” – herdeiras do espírito das *town meetings* de Nova Inglaterra dos séculos XVII e XVIII – para estimular o debate e a deliberação entre os cidadãos remete para uma concepção



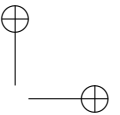
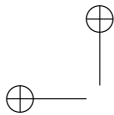
simultaneamente dialógica e deliberativa, mas privilegiando a comunicação face-a-face, e para um modelo de democracia participativa. Em simultâneo, ao reportar o resultado dessas reuniões, através da cobertura noticiosa subsequente, para informação dos cidadãos ausentes, recorre a práticas semelhantes às do jornalismo convencional, aproximando-se dos ideais democráticos representativos. O que não resulta claro é qual o modelo de democracia que o movimento preconiza: “A prática actual do jornalismo público sugere que os praticantes nas redacções estão comprometidos com uma forma de democracia deliberativa que combina características de democracia representativa com democracia directa – participativa.” (Haas, 2007: 3).

O debate académico bifurca-se nesta matéria. Glasser e Craft (1998) argumentam que os ideais de diálogo e de deliberação apontam para modelos diferentes de democracia e para funções distintas para o jornalismo. Ao diálogo subjazem padrões discursivos associados à fala, isto é, assentes em relações interpessoais, enquanto a deliberação remete para um processo, não necessariamente dialógico, através do qual possam ser formados os julgamentos argumentativos: “Oportunidades para o diálogo podem ser tudo o que é preciso para criar as condições para a deliberação, mas isso não significa (...), que as oportunidades para a deliberação requeiram condições para o diálogo; não é o caso, em consequência, que uma democracia deliberativa comece onde começa a democracia directa, participativa” (Glasser e Craft, 1998: 212).

Já Tanni Haas sustenta que não é necessário ao movimento escolher entre um discurso público concebido em termos dialógicos ou deliberativos, mas antes que o recurso a uma “explícita relação dialéctica entre estas duas formas de discurso público” (Haas, 2007: 35) cumpre melhor os objectivos de elevar a deliberação pública. O diálogo face-a-face permite aos cidadãos melhores oportunidades de avaliarem as opiniões e os processos argumentativos de cada um. A mediação dessas avaliações permite a sua partilha por uma audiência mais alargada, num ciclo contínuo que enriqueça a deliberação pública, permitindo que esta se torne mais aberta, mais inclusiva e mais abrangente.

Uma outra questão tem de ser equacionada, sob pena do movimento fomentar apenas uma “ilusão de reforma” (Glasser, 1999: 10): qual o *telos* da deliberação pública?

As suas práticas têm orientado a deliberação pública para a promoção do consenso comunitário, correndo o risco de silenciar os públicos minoritários e de contribuir para a manutenção das desigualdades sociais. Tanni Haas propõe

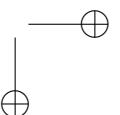
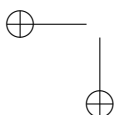


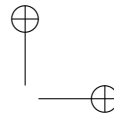
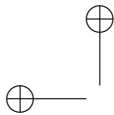
que o Jornalismo Público redirecione a deliberação pública para a tematização dessas desigualdades sociais, para que os cidadãos possam reflectir sobre as suas diferenças. Isto implica que os media informativos continuem a adotar práticas que alarguem o debate a uma maior diversidade temática e de opiniões e, ao mesmo tempo, que publicitem as localizações sociais a partir das quais os membros do público formam as suas opiniões e promovam a reflexão sobre a forma como essas localizações sociais condicionam as diferentes perspectivas acerca dos problemas e das soluções: “Assim, o jornalismo pode tornar-se um meio através do qual os cidadãos compreendam não só que têm interesses diferentes, e talvez até, conflituais, mas também que alguns interesses necessitam de uma maior protecção e promoção do que outros” (Haas, 2007: 37).

A assumpção de uma relação dialéctica entre a esfera pública (do jornalismo) e a sociedade civil (organizações cívicas) complementa o debate público: “Enquanto a sociedade civil pode oferecer aos cidadãos as oportunidades para cultivarem as suas identidades políticas bem como para articularem, deliberarem e agirem em relação a posições políticas particulares que emergjam, a esfera pública pode alimentar espaços discursivos nos quais essas posições sejam partilhadas e discutidas por uma ampla audiência de cidadãos” (Haas, 2007: 42); sendo os resultados dessas deliberações canalizados, de novo, para as instituições da sociedade civil, formando um ciclo contínuo que promova a participação democrática

O significado de participação democrática tem, em consequência, de ser também repensado, já que o Jornalismo Público tem orientado os seus esforços no sentido da assumpção, por parte das comunidades, da resolução dos problemas. Esta opção pode, paradoxalmente, contribuir para o cinismo em relação ao governo que aponta como um dos sintomas do declínio da participação na vida pública (Schudson, 1998: 145), levar a um falso sentido de participação dos cidadãos (Glasser, 1999: 10), reduzir a possibilidade de articulação de esforços entre cidadãos e especialistas e limitar a sua contextualização em termos regionais, nacionais ou transnacionais.

Resultando da tentativa de ultrapassar problemas clássicos da democracia, como a escala e a natureza humana, a adopção de um modelo democrático que combina características representativas com elementos de democracia directa-participativa, depara-se com obstáculos quanto à sua sustentação a longo prazo. Por um lado, na contemporaneidade, os assuntos políticos que





afectam os cidadãos “são uma curiosa mistura do local, do nacional e do global” (Peters, 1999: 103). Por outro, há que reflectir sobre a possibilidade de efectivação de uma democracia de cariz participativo, dadas as exigências que tal implica, em termos da disponibilidade exigida aos cidadãos para se dedicarem à vida pública: “É um romantismo perigoso esperar que todos os cidadãos tenham o desejo, o tempo ou as capacidades para um envolvimento activo na vida política” (Peters, 1999: 103).

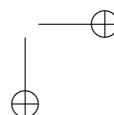
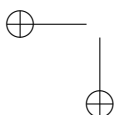
As práticas do movimento remetem, aliás, para a constatação de que “as organizações noticiosas fazem mais para facilitar a interacção entre a redacção e as audiências do que para facilitar a interacção entre os cidadãos e entre estes e o poder” (Haas, 2007: 137), o que significa que, das duas lacunas que se propôs minorar, apenas obteve algum sucesso no que respeita à que separa os media dos seus públicos.

## Democracia e deliberação pública

A perspectiva que emerge é a da necessidade de adequar as intenções e as práticas do movimento, de acordo com o que nos parece ser o mais relevante contributo para a revitalização da vida pública: o seu compromisso com a deliberação democrática.

Recorremos ao modelo dual de Democracia Deliberativa de Jürgen Habermas (1997), que redefine a soberania popular numa perspectiva intersubjectiva, resultante das interacções entre a formação de vontade institucionalizada (poder político) e as esferas públicas, ancoradas nas associações da sociedade civil, formando uma ampla rede de sensores aos problemas sociais e estimulando a produção de opiniões que influenciem o sistema político. O *telos* do Jornalismo Público será, nesta óptica, o de criar as condições para a deliberação pública, através da publicitação, da crítica e do debate das opiniões dos públicos, e da sua projecção na esfera pública, com o objectivo de a transformar em influxo publicístico-político (Habermas, 1997: 92) que influencie a acção governativa.

Este enquadramento remete, de novo, para uma visão essencialmente procedimental do jornalismo, consentânea com as propostas teóricas e as práticas do movimento, mas assente em valores universalistas de justiça social, permitindo ultrapassar quer as limitações da perspectiva liberal quer evitar os riscos



colectivistas associados à visão comunitária. Assume um “bem comum”, mas restringe-o ao compromisso com uma deliberação aberta, igualitária e paritária. Ao jornalismo competirá advogar pela formação de novos públicos que, por seu turno, possam mudar as instituições existentes e alterar as suas regras de funcionamento: “A interacção entre os vários públicos na esfera pública política reduz a balcanização das sociedades pluralistas produzida pela combinação de desigualdades e de conflitos” (Bohman, 1996: 145).

Vários instrumentos deliberativos podem ajudar a adequar as práticas do Jornalismo Público aos seus objectivos. O mapeamento cívico permite alargar o leque de pessoas que são abrangidas, ao identificar cinco estratos sociais junto dos quais os jornalistas devem procurar novas fontes de informação. Estas incluem a camada oficial das organizações governamentais locais; a “quase-oficial”, constituída pelas organizações cívicas e outros grupos, como os sindicatos, que advogam causas; locais de reunião, como igrejas, centros comerciais e restaurantes; os “encontros incidentais” em passeios e mercados e, por fim, as casas dos cidadãos. Esta abordagem contribui para um alargamento quer das fontes quer das formas de discurso, ao privilegiar conversas cívicas, em detrimento de entrevistas formais (Haas, 2008: 9), capazes de captar de modo mais abrangente as diversas formas de diálogo público que os cidadãos estabelecem no seu quotidiano.

Já as sondagens deliberativas, promovidas por James Fishkin na Inglaterra e nos Estados Unidos, abordam a opinião pública de modo mais consentâneo. Este instrumento implica a reunião de uma amostra representativa do eleitorado, a quem é disponibilizada informação sobre um determinado tema, produzida por especialistas, sendo a sondagem realizada após o processo deliberativo. O debate pode ser realizado antes, ou depois, do acesso às propostas dos especialistas, sendo a primeira opção a que mais se aproxima de uma definição dos termos do debate por parte do público. A transmissão televisiva dos resultados das sondagens permitiu que essas opiniões integrassem a agenda do debate público mediático (Fishkin, 1997: 144 e ss.).

Uma melhor interacção entre os cidadãos, os especialistas e o poder político é, por seu turno, facilitada pelo modelo de conferência por consenso. Este reúne um painel de cidadãos que, em duas reuniões preliminares e uma conferência principal, levantam questões sobre o tema, participam na selecção dos peritos e interagem activamente com os especialistas. Após este processo, deliberam e acordam recomendações para a resolução do problema, emergindo

daí a denominada declaração de consenso, a ser apresentada a governantes e ao público em geral. Esta técnica permite abordar temas complexos, envolvendo poderes a vários níveis (local, regional, nacional ou internacional), que dispõem da capacidade de promover legislação e desenvolver políticas que solucionem os problemas (Haas, 2007: 106-116).

## A segunda fase do jornalismo público

Nesta revisão crítica da literatura e das práticas do Jornalismo Público, visitámos a sua emergência, debatemos o alcance das suas propostas e avançámos contributos para ultrapassar os obstáculos, visando a redefinição da função social do jornalismo à luz do conceito de Democracia Deliberativa. Em jeito de conclusão, percorremos a história mais recente do movimento e equacionamos os desafios que se colocam à sua sobrevivência, passe esta pela sua afirmação como uma modalidade de jornalismo de profundidade ou pela sua capacidade de se apresentar como um modelo alternativo de jornalismo.

A emergência do denominado “jornalismo-cidadão” (ou “jornalismo do público”), já nesta década, levou à morte anunciada do Jornalismo Público (Witt, 2004: 49). A tecnologia digital a baixo custo e a generalização do acesso à Internet confluíram na emergência de uma panóplia de novos media, permitindo a cada cidadão produzir e difundir conteúdos para uma audiência potencialmente ilimitada, à luz da qual os objectivos do movimento aparentavam ter sido ultrapassados. Simultaneamente, a reorientação para a Internet das corporações proprietárias dos media que acolheram as primeiras experiências, como a *Knight-Ridder*; a retirada das fundações que financiaram os grandes projectos do movimento e o encerramento do *Pew Center for Civic Journalism* (PCCJ), em 2003, deixaram os principais impulsionadores do Jornalismo Público a debater estratégias de sobrevivência.

Na origem do problema, vislumbraram uma possível solução: direccionarem-se para os novos media. Em 2004, um ano após a criação da *Public Journalism Network*, Jan Schaffer, o antigo director do PCCJ, financiava, através do *J-Lab* (Instituto para o Jornalismo Interactivo da Universidade de Maryland), projectos de media de cidadãos na Internet. Jay Rosen retomou a crítica dos media convencionais no blogue *PressThink*. Um dos mais influentes *bloggers* do país, Jeff Jarvis, promovia, no seu *BuzzMachine*, o jornalismo

“hiper-local”. A questão deixou de ser a sobrevivência do movimento. Este transformara-se, nas palavras do actual director da PJN, no “jornalismo do público” (Witt, 2004: 55).

O debate passa agora pela capacidade de sobrevivência dos media tradicionais e pelo contributo dos novos media para uma vida pública mais democrática. Abordando a relação de media tradicionais e novos media com as audiências, nomeadamente no que respeita à participação, à interacção e à publicação de conteúdos produzidos pelos cidadãos, Joyce Nip (2006) cruza estes debates, apontando para um contributo que fica aquém das conquistas do Jornalismo Público.

Embora os media convencionais estejam a desenvolver novas formas de se relacionarem com as suas audiências, mostram-se ainda incapazes de aproveitar o potencial interactivo da Internet (Rosenberry, 2005; Nip, 2006; Shultz, 2008) para estabelecerem uma verdadeira comunicação com os públicos. A investigação empírica sistematizada por Tanni Haas (2007), nomeadamente no que respeita ao conteúdos de blogues de cidadãos e sites comunitários “hiper-locais”, indicia também um limitado contributo dos novos media quer no que respeita a uma maior democratização da informação quer quanto à sua capacidade de influenciarem a agenda mediática. Os blogues dos cidadãos contêm poucos relatos noticiosos originais e independentes, tendendo a “re-mediatar” as informações e as opiniões dos media noticiosos convencionais, o que se traduz numa amplificação dos pontos de vista das suas fontes de informação de elite. No que respeita à interacção entre cidadãos online, os padrões de “linkagem” entre blogues revelam que essa interacção ocorre sobretudo entre cibernautas com posições políticas similares, dando conta de uma fragmentação ideológica da blogosfera.

Os sites comunitários “hiper-locais”, por seu turno, embora apresentem relatos noticiosos originais dos cidadãos, operam com uma divisão jornalística do trabalho, que resulta problemática em relação a uma maior democratização da informação. Enquanto a redacção assume a cobertura noticiosa de acontecimentos e de temas locais, os cidadãos relatam as suas preocupações e interesses privados. Neste sentido, os novos media não só “vão contra os ideais democráticos do jornalismo público, mas ficam aquém dos objectivos que este conseguiu alcançar” (Haas, 2007: 138).

Estes são indicadores que apontam para alguma precipitação no que respeita à morte (prematuramente) anunciada do Jornalismo Público ou para

a sua transfiguração no “jornalismo do público”, ao recolocarem no centro do debate o seu contributo para uma vida pública mais democrática. Este encontra-se, mais propriamente, numa “segunda fase” (Nip, 2006: 230), na qual se cruzam novos e velhos desafios à sua sobrevivência. Nesta perspectiva, o futuro do Jornalismo Público tem de ser equacionado em termos da sua capacidade de sobreviver enquanto movimento, ao nível da sua consolidação como uma modalidade de jornalismo de profundidade e no que respeita à sua afirmação como um modelo alternativo de exercício da profissão.

Do ponto de vista das rotinas profissionais, nas quais o movimento concentrou os seus esforços reformistas, os desafios mais imediatos passam pela sua capacidade de disponibilizar canais de participação aos cidadãos, dentro e fora da Internet, e pela criação de ligações entre os públicos online e os públicos da sociedade civil, orientando-os para uma efectiva inclusão na esfera mediática, a partir da qual possam exercer influência sobre o poder político. O que implica não só a articulação das suas práticas com um enquadramento teórico que sustente o seu carácter alternativo, como discutimos atrás, mas também que seja capaz de aproveitar o “momento” que emergiu na fase de maior mobilização (Friedland, 2004: 36), evitando que a experiência acumulada pelos jornalistas envolvidos seja perdida, no actual contexto de dispersão e de desmobilização. Essa dispersão tem também consequências no que respeita à preservação da sua dimensão identitária, sem a qual o movimento dificilmente sobreviverá enquanto tal.

A consolidação como uma modalidade de jornalismo de profundidade, à semelhança do que se verificou com movimentos anteriores, como o do *New Journalism* ou o jornalismo de investigação, depende também da preservação da dimensão identitária do Jornalismo Público e da sua transmissão a novas gerações de jornalistas, nomeadamente através da sua inclusão generalizada nos currículos universitários.

Mais remota parece ser a possibilidade do movimento conseguir apresentar-se como um modelo alternativo do jornalismo. Os desafios remontam à emergência do Jornalismo Público, mas apresentam-se com uma maior complexidade no actual panorama mediático, obrigando à sua articulação com as mudanças tecnológicas em curso e à consideração das suas condicionantes político-económicas, sem as quais não é possível sustentar um modelo alternativo do jornalismo que promova uma comunicação mais “pública”.



## Bibliografia

- ANDERSON, Rob & DARDENNE, Robert & KILLENBERG, George M. *The American Newspaper As the Public Conversational Commons* in BLACK Jay (Ed.). *Mixed News. The Public/Civic/Communitarian Journalism Debate*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates. pp. 96-115. 1997.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation. Pluralism, Complexity and Democracy*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Opinião Pública Não Existe* in Questões de Sociologia, Lisboa, Fim de Século. pp. 233-245. 2003.
- CAREY, James W. *The Press, Public Opinion and Public Discourse*, in GLASSER, Theodore L. & SALMON, Charles T. (Ed.). *Public Opinion and the Communication of Consent*, New York, The Guilford Press. pp. 373-402. 1995.
- CHARITY, Artur. *Doing Public Journalism*, New York, The Guilford Press, 1995.
- CHRISTIANS, Clifford G. *The Common Good and Universal Values* in BLACK, Jay (Ed.) *Mixed News. The Public/Civic/Communitarian Journalism Debate*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates. pp. 18-33. 1997.
- CHRISTIANS, Clifford G. *The Common Good as First Principle* in GLASSER, Theodore L. (Ed.). *The Idea of Public Journalism*, New York, The Guilford Press. pp. 67-84. 1999.
- COLEMAN, Renita. *The Ethical Context for Public Journalism: As an Ethical Foundation for Public Journalism, Communitarian Philosophy Provides Principles for Practitioners to Apply to Real-World Problems* in *Journal of Communication Inquiry*, 24:1. 41-66. 2000.
- COLEMAN, Renita. *Os Antecedentes Intelectuais do Jornalismo Público* in TRAQUINA, Nelson, MESQUITA, Mário (Org.), *Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte. pp. 59-73. 2003.
- DEWEY, John. *La Opinión Pública y Sus Problemas*. Madrid. Morata. 2004.

- FISHKIN, James S. *The Voice of the People. Public Opinion and Democracy*, New Haven, London, Yale University Press, 1997.
- FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy* in CALHOUN, Craig, *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press. pp. 109-142. 1992.
- FRIEDLAND, Lewis A. *Public Journalism and Communities* in *National Civic Review*, 93 (3). 36-42. 2004.
- GLASSER, Theodore L. Craft, Stephanie, *Public Journalism and the Search for Democratic Ideals* in LIEBES, Tamar, CURRAN, James (Ed.), *Media, Ritual and Identity*, London, New York, Routledge. pp. 203-218. 1998.
- GLASSER, Theodore L. *The Idea of Public Journalism* in GLASSER, Theodore L. (Ed.), *The Idea of Public Journalism*, New York, The Guilford Press. pp. 3-18. 1999.
- GLASSER, Theodore L. & Lee, Francis L. *Repositioning the Newsroom. The American Experience with "Public Journalism"* in KUHN, Raimond, NEVEAU, Erik (Ed.), *Political Journalism. New Challenges. New Practices*, London, New York, Routledge. pp. 203-223. 2004.
- HAAS, Tanni. *The Pursuit of Public Journalism. Theory, Practice and Criticism*, London, New York, Routledge, 2007.
- HAAS, Tanni. *Civic Mapping as a Public Journalism Tool* in *Estudos em Comunicação*, 3. 1-11. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade (Vol. II)*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- HARDT, Hanno. *The Quest for Public Journalism* in *Journal of Communication*, 47: 3, 1997, 94-101. 1997.
- HODGES, Louis W. *Ruminations About the Communitarian Debate* in *Journal of Mass Media Ethics*, 11:3. 133-139. 1996.
- MERRITT, Davis. *Public Journalism and Public Life. Why Telling the News Is Not Enough*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1998.
- NIP, Joyce Y. M. *Exploring the Second Phase of Public Journalism*, *Journalism Studies*, 7:2. 212-236. 2006.

- PETERS, John Durham. *Public Journalism and Democratic Theory: Four Challenges* in GLASSER, Theodore L. (Ed.). *The Idea of Public Journalism*, New York, The Guilford Press. pp. 99-117. 1999.
- ROSEN, Jay. *Getting the Connections Right. Public Journalism and the Troubles* in the Press, New York, The Twentieth Century Fund Press, 1996.
- ROSEN, Jay. *What Are Journalists For?*, New Haven, London, Yale University Press, 1999.
- ROSEN, Jay. *Para Além da Objectividade* in TRAQUINA, Nelson & MESQUITA, Mário (Org.), *Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte. pp. 75-84. 2003.
- ROSENBERRY, Jack. *Few Papers Use Online Techniques to Improve Public Communication* in Newspaper Research Journal. 26: 4, 61-73. 2005.
- SCHUDSON, Michael. *The Public Journalism Movement and Its Problems* in GRABER, Doris, McQUAIL, Dennis, NORRIS, Pippa (Eds.), *The Politics of News, The News of Politics*, Washington, Congressional Quarter Press. pp. 132-149. 1998.
- SCHULTZ, Tanjev. *Mass media and the concept of interactivity: an exploratory study of online forums and reader email*, in Media Culture Society, 22. 205-221. 2000.
- WITT, Leonard. *Is Public Journalism Morphing into the Public's Journalism?* in National Civic Review, 93 (3). 49-57. 2004.

